

**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**PARECER Nº 104/2025-ADVOSF**

Processo nº 00200.017764/2024-63

*Minuta de edital de licitação na modalidade pregão eletrônico. Tipo menor preço por item. Aquisição de equipamentos de saúde para o Senado Federal. Análise Jurídica. Pela aprovação, com recomendações.*

**1. DO RELATÓRIO FÁTICO**

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica do procedimento para “aquisição de equipamentos de saúde para o Senado Federal”, a ser realizado por intermédio de licitação, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por item (minuta de edital consubstanciada no doc. nº 00100.016480/2025-69).

Inicialmente, a Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP elaborou os Documentos de Formalização da Demanda nº 282/2024, 287/2024 e 284/2024, em atendimento ao artigo 16, §1º, inciso I, do ADG nº 14/2022 (docs. nº 00100.171436/2024-30, 00100.171437/2024-84 e 00100.171438/2024-29).

A Solicitação de Contratação nº 1800, no valor de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, foi aprovada pelo Comitê de Contratações do Senado Federal. Houve, ainda, a elaboração da versão preliminar do Mapa de Riscos (doc. nº 00100.171439/2024-73).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

O planejamento orçamentário, encontra-se previsto no Plano de Contratações sob o nº 20250163, conforme consta no documento nº 00100.171440/2024-06.

Outrossim, conforme informado nos documentos nº 00100.171439/2024-73 e 00100.171440/2024-06, tem-se que o Estudo Técnico Preliminar (ETP), foi dispensado, nos moldes estabelecidos pelo §2º do artigo 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022.

Por intermédio do Ofício nº 349/2024-SADCON, o referido órgão informou ao órgão técnico (Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGP) que a solicitação fora aprovada pelo Comitê de Contratações, com base no inciso I, do artigo 8º, do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), momento em que aduziu também a necessidade de se instruir o processo com as documentações básicas necessárias à contratação pretendida (doc. nº 00100.171441/2024-42).

A primeira, segunda e terceira versões do Termo de Referência - TR estão dispostas nos docs. nº 00100.210258/2024-70, 00100.225381/2024-95 e 00100.011073/2025-65, respectivamente.

Após perquirições feitas pela COCVAP<sup>1</sup>, a pesquisa de preços foi documentada no doc. nº 00100.210359/2024-41 e consolidada na Planilha de Estimativa de Despesas disposta no mesmo documento. O valor estimado para a pretensa contratação totalizou em **R\$ 151.548,43 (cento e cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta e oito reais e quarenta e três centavos)**.

---

<sup>1</sup> Doc. nº 00100.216661/2024-11



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Nos documentos nº 00100.210368/2024-31 e 00100.225351/2024-89 foram apresentadas as justificativas quanto à composição da cesta de preços, as quais foram referendadas pela Diretora da SEGP.

Ato contínuo, a Coordenação de Controle e Validação de Processos – COCVAP ratificou a pesquisa, com validade até 21/06/2025, e determinou a continuidade da instrução (doc. nº 00100.230709/2024-95). Sem delonga, procedeu-se à elaboração da primeira versão da minuta de edital (doc. nº 00100.000489/2025-58).

Antes de submeter a minuta mencionada à análise do órgão técnico, foi determinada a remessa dos autos à Coordenação de Processamento Externo de Licitações – COPEL, para apreciação (doc. nº 00100.000495/2025-13). A COPEL, por sua vez, propôs a realização de ajustes na minuta do edital e no Termo de Referência (doc. nº 00100.004778/2025-26).

De imediato, os autos foram encaminhados ao órgão técnico (doc. nº 00100.005014/2025-58), que se manifestou sobre as observações contidas na minuta do edital e os apontamentos realizados pela COPEL (docs. nº 00100.011086/2025-34 e 00100.015930/2025-04), além de anexar a versão final do Termo de Referência (doc. nº 00100.015940/2025-31).

Por fim, os autos foram encaminhados à ADVOSF para análise da minuta do edital de pregão eletrônico (doc. nº 00100.016480/2025-69), conforme o disposto no artigo 53 da Lei nº 14.133/2021, em conjunto com o artigo 22 do ADG nº 14/2022 (doc. nº 00100.016490/2025-02).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**2. DA ANÁLISE JURÍDICA**

Inicialmente, cumpre esclarecer que a presente análise se restringirá à juridicidade do processo licitatório em questão, sendo vedado a este órgão jurídico emitir juízo de valor sobre aspectos que se encontram no âmbito da discricionariedade do Senado Federal.

No que tange ao **diploma legal** aplicável à presente análise, a minuta faz referência à Lei nº 14.133/2021 e à legislação correlata. No âmbito interno, aplica-se o ADG nº 14/2022.

Antes de iniciarmos a análise do atendimento aos requisitos necessários para a regularidade da minuta do edital de licitação, convém tecer considerações acerca do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

Verifica-se que os documentos nº 00100.171439/2024-73 e 00100.171440/2024-06 informaram que o ETP para a presente contratação foi dispensado pelo Comitê de Contratações, nos termos do § 2º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022. No entanto, não consta nos autos cópia da ata da referida decisão do Comitê de Contratações, com a devida fundamentação.

Ressalta-se que a elaboração do ETP constitui etapa de grande relevância na fase de planejamento da licitação, tendo sido estabelecido como requisito obrigatório na fase preparatória do processo licitatório pelo art. 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Ademais, o art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022 prevê a obrigatoriedade do ETP para todas as contratações do Senado Federal, ressalvadas as hipóteses excepcionais que possam justificar sua dispensa. Assim, vejamos a literalidade do referido dispositivo:



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

*Art. 3º O Estudo Técnico Preliminar será, em regra, obrigatório para todas as contratações pretendidas pelo Senado Federal.*

*§ 1º Poderá ser dispensada a elaboração de Estudo Técnico Preliminar, desde que devidamente justificado pelo Órgão Técnico, quando, alternativamente:*

*I - a sua realização mostrar-se incompatível, sob o ponto de vista da eficiência e economicidade, com a natureza e o valor do objeto da contratação;*

*II - pelas circunstâncias e elementos consignados no documento de formalização da demanda, restar evidenciada, de forma inquestionável, a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração; (Redação dada pelo Ato da Diretoria-Geral nº 25/2022)*

*III - a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração for previamente identificada a partir de processos de padronização, pré-qualificação e outros procedimentos similares.*

*§ 2º Compete ao Comitê de Contratações deliberar acerca da dispensa de realização de Estudo Técnico Preliminar nas hipóteses de que trata o §1º deste artigo.”*

**Diante disso, esta Advocacia recomenda que a decisão do Comitê de Contratações seja efetivamente juntada aos autos.**

Outrossim, reiteramos, ainda, as preocupações já aventadas no Parecer nº 440/2023-ADVOSF, elaborado no âmbito do processo nº 00200.008380/2023-79.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Ademais, conforme relatado, tem-se que a elaboração da versão preliminar do Mapa de Riscos foi juntada aos autos no doc. nº 00100.171439/2024-73. Todavia, o feito ainda carece da versão final do referido instrumento.

Embora o mapa de riscos não esteja inserido no rol das exigências obrigatórias previstas no art. 5º do Anexo III do ADG nº 14/2022, há recomendação expressa para que seja realizada análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual tanto no art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021 quanto no art. 1º do Anexo III do ADG nº 14/2022, razão pela qual, **caso o órgão técnico entenda realmente desnecessária a elaboração do mapa de riscos definitivo e completo correspondente ao empreendimento ora em exame, a ausência nos autos de tal avaliação deverá estar justificada.**

Sem mais delongas, será analisado o preenchimento dos requisitos necessários à regularidade da minuta de edital da licitação ora pretendida.

O **pregão** é uma modalidade de licitação obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, sendo que o critério de julgamento poderá ser o menor preço ou o maior desconto (art. 6º, XLI, da Lei nº 14.133/2021).

No caso em questão, a análise se concentrará na aquisição de bens e serviços com base no critério do menor preço. Nesse contexto, a Lei nº 14.133/2021 dispõe:

*Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:*

(...)



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

*XIII - **bens e serviços comuns**: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*(...)*

*Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.*

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei.*

*[grifos nossos]*

Assim, a definição de "bens e serviços comuns" envolve dois elementos essenciais: (a) o padrão de desempenho e qualidade do bem ou serviço, que deve ser objetivamente estabelecido pelo edital, e (b) a definição desses padrões por meio de especificações usuais no mercado.

No presente caso, a avença destina-se à aquisição de equipamentos de saúde para o Senado Federal, os quais foram definidos por meio de especificações objetivas, conforme se verifica do anexo 1 do Termo de Referência (doc. nº 00100.015940/2025-31) e do anexo 2 da minuta do edital (doc. nº 00100.016480/2025-69).

Isso posto, o objeto especificado na minuta de edital se encaixa na definição legal de “*bens e serviços comuns*”, sendo o pregão a modalidade adequada a ser adotada na licitação pretendida.





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Neste ponto, é oportuno destacar que esta Advocacia não dispõe de expertise nem de atribuições regimentais para avaliar a correção ou a completude das especificações dos bens que se pretende contratar. No entanto, verifica-se que a Coordenação de Processamento Externo de Licitações (COPEL), no documento nº 00100.004778/2025-26, apresentou a seguinte recomendação:

Ainda quanto às especificações técnicas, sugere-se avaliar se há mais de uma marca/modelo de produto que atenda integralmente. Há requisitos muito específicos, a exemplo do Item 3, que parecem ter sido extraídos do anúncio de algum produto em particular. Caso seja a intenção do órgão técnico a aquisição de produto de marca/modelo específico, tal informação deve constar da minuta de edital, com a devida justificativa no Termo de Referência, nos termos do art. 41, I, "c", da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, a recomendação em questão não foi acolhida pelo órgão técnico, que, por meio do documento nº 00100.011086/2025-34, manifestou-se no sentido de que "as especificações técnicas dos equipamentos foram bem detalhadas para assegurar a obtenção de equipamentos de boa qualidade". **Diante disso, destacamos a relevância desse aspecto técnico, que deverá ser analisado pela autoridade competente por ocasião da aprovação da presente licitação.**

Além disso, é correta a **utilização da forma eletrônica**, visto que é obrigatória<sup>2</sup> a sua utilização nos pregões cujo critério de julgamento seja o de menor preço.

<sup>2</sup> Decreto nº 10.024/2019: Art. 1º [...] § 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Quanto à **não adoção do Sistema de Registro de Preços**, a justificativa apresentada no item 2.3 do Termo de Referência é a seguinte:

*2.3.2. A contratação não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 3º do Decreto nº 11.462/2023, pois há previsibilidade da demanda pelo objeto.*

O critério de julgamento é o de menor preço por item. Os **critérios de adjudicação e de julgamento das propostas** foram assim justificados no TR:

*2.4.1. Será adotado o critério de julgamento “menor preço”, sendo declarada vencedora do certame a proposta que, atendidas as especificações deste edital, ofertar o menor preço para o objeto da licitação, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.*

*2.4.2 O critério “menor preço” é o mais adequado em virtude de o objeto não apresentar complexidade técnica significativa para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, sendo considerada a melhor proposta aquela que possibilitar o menor dispêndio de recursos. Além disso, não existem preços tabelados para o objeto, nem será fixado o valor da contratação, não sendo cabível a aplicação do critério “maior desconto”.*

**2.5. Critério de adjudicação da contratação**

*2.5.1 2.5.1. Será adotado o critério de adjudicação “por item”, visando à ampliação da competitividade no certame, uma vez que o objeto é divisível e não há prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala.*

*2.5.2. Não há similaridade técnica entre os itens que justifique o agrupamento deles.*



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Destaca-se que o critério do menor preço é o que se adequa ao modelo da contratação pretendida, bem como é o que gera possibilidade de maior vantajosidade para a Administração. Além disso, observa-se que a adoção de tais critérios guarda consonância com o disposto na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União<sup>3</sup>.

De mais a mais, verifica-se que a **justificativa para a contratação** consta no item 1.2 do TR, que também contempla todos os aspectos formais e essenciais exigidos no Anexo III do ADG nº 14/2022.

Em relação à **pesquisa de preços**<sup>4</sup>, o órgão técnico apresentou uma justificativa detalhada sobre a composição da cesta de preços, evidenciando os critérios adotados na análise. É importante destacar que essas justificativas foram devidamente referendadas pela Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme os documentos nº 00100.210368/2024-31 e 00100.225351/2024-89.

Desse modo, foi verificado que a sua realização está dentro dos parâmetros normativos estabelecidos, tendo sido ratificada pela SADCON, conforme relatado (doc. nº 00100.230709/2024-95). Atendido assim o disposto no art. 18 do ADG nº 14/2022.

Já no que toca aos **benefícios concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte**, área técnica informou que não há óbice à aplicação do disposto no art. 48, inciso I, da Lei

<sup>3</sup> “É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

<sup>4</sup> Doc. nº 00100.210359/2024-41



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Complementar nº 123/2006 para contratação dos itens/grupos de valor inferior a R\$ 80.000,00 (item 2.8.1 do TR).

Também foi recomendada **a vedação à participação de consórcios na licitação proposta** (item 2.6 do TR), uma vez que, conforme análise do órgão técnico, a complexidade e o porte do objeto não representam limitações para que fornecedores capacitados possam executá-lo individualmente. Dessa forma, atende-se ao disposto no artigo 7º, inciso VI, do Anexo III ao ADG nº 14/2022.

Em relação à publicidade inerente aos procedimentos licitatórios, necessária como instrumento de controle social sobre as despesas públicas, carece a juntada aos autos da designação, pela Diretoria-Geral, dos **agentes de contratação** e da equipe de apoio. É o que preceitua o art. 29 do ADG nº 14/2022:

*Art. 29. A fase externa do processo de licitação pública será conduzida por agente de contratação, ou, nos casos previstos no §2º do art. 8º ou no inciso XI do art. 32 da Lei nº 14.133, de 2021, por Comissão de Contratação.*

*§ 1º Os agentes de contratação poderão contar com o suporte necessário da Equipe de Apoio na condução dos procedimentos licitatórios, tanto na forma presencial quanto na eletrônica.*

*§ 2º Compete à Diretoria-Geral designar:*

*I - os agentes de contratação e os membros de Comissão de Contratação, dentre os servidores efetivos integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal e observado o disposto no art. 6º deste Ato.*

*II - os integrantes da Equipe de Apoio, dentre os servidores integrantes do Quadro de Pessoal do Senado Federal.*



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Embora indicados no item 5 do TR, carece a designação formal de gestores do contrato, o que deverá ser observado, conforme art. 9º, inciso IX do Anexo V do Regulamento Administrativo - PCSF.

No que se refere aos demais aspectos procedimentais, destaca-se a necessidade de **aprovação do Termo de Referência, bem como da autorização do procedimento licitatório** pela Diretora-Geral, conforme estabelecem os incisos IV e V do artigo 9º do Anexo V da PCSF.

Em relação ao **instrumento convocatório** (doc. nº 00100.016480/2025-69), verifica-se que a minuta guarda pertinência com a legislação de regência. Entretanto, seguem algumas sugestões de aperfeiçoamento. Vale lembrar que deve existir plena simetria entre o Termo de Referência e a minuta do edital, de modo que qualquer ajuste realizado em um desses documentos requererá a devida retificação no outro.

Em relação ao questionamento apresentado no item 11.3.1, é pertinente tecer algumas considerações sobre a exigência do Balanço Patrimonial. A exceção prevista no artigo 70, inciso III, da Lei nº 14.133/2021<sup>5</sup> não se aplica ao presente caso, uma vez que a contratação em análise não se enquadra nas situações que autorizam a dispensa, total ou parcial, da documentação de habilitação.

O artigo 69 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que a habilitação econômico-financeira tem como objetivo demonstrar a

---

<sup>5</sup> Art. 70. A documentação referida neste Capítulo poderá ser:

III - dispensada, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produto para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais).



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

capacidade econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do contrato futuro, sendo necessária a comprovação por meio de coeficientes e índices econômicos previamente estipulados no edital, de forma objetiva e devidamente justificada no processo licitatório. A documentação exigida para essa finalidade é restrita aos seguintes documentos:

I - Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais;

II - Certidão negativa de feitos relativos à falência, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Adicionalmente, o §1º do artigo 69 permite que a Administração, a seu critério, exija uma declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando o cumprimento dos índices econômicos previstos no edital. Importante ressaltar que é vedada a exigência de valores mínimos de faturamento anterior ou de índices de rentabilidade ou lucratividade (art. 69, §2º), bem como a solicitação de índices e valores que não sejam usualmente adotados para avaliar a situação econômico-financeira (art. 69, §5º).

Nas exceções previstas no artigo 70, inciso III, além de não se aplicar ao caso em questão, observa-se que o legislador, de forma clara, conferiu ao órgão contratante a faculdade de dispensar a documentação, não se tratando de uma obrigação, mas de uma possibilidade que pode ser exercida conforme as circunstâncias e as necessidades específicas do processo licitatório.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Em razão disso, o edital deve, em princípio, exigir a apresentação do balanço patrimonial, da demonstração do resultado do exercício e das demais demonstrações contábeis para o cálculo dos índices contábeis. Tal exigência tem como objetivo comprovar a saúde econômico-financeira da empresa e é amplamente adotada nas minutas-padrão do Senado Federal.

De mais a mais, é relevante destacar que as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) não estão isentas da obrigatoriedade de manter escrituração contábil. Nos termos do artigo 68 da Lei Complementar nº 123/2006<sup>6</sup>, ambas devem manter escrituração contábil simplificada, o que é suficiente para a obtenção das informações necessárias ao cálculo dos índices de qualificação econômico-financeira.

Por outro lado, conforme o artigo 18-A da mesma Lei, os Microempreendedores Individuais (MEI) estão isentos da obrigatoriedade de manter escrituração contábil, podendo adotar um registro simplificado de suas atividades, sem a necessidade de atender a exigências contábeis rigorosas. No entanto, ao analisar as atividades permitidas ao MEI<sup>7</sup>, verifica-se que a comercialização de equipamentos de saúde não se encaixa nesse modelo empresarial. **Portanto, não há fundamento legal para dispensar a exigência contábil no caso em análise.**

---

<sup>6</sup> Art. 68. Considera-se pequeno empresário, para efeito de aplicação do disposto nos arts. 970 e 1.179 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), o empresário individual caracterizado como microempresa na forma desta Lei Complementar que aufera receita bruta anual até o limite previsto no § 1º do art. 18-A.

<sup>7</sup> Anexo XI da Resolução CGSN nº 140, de 22 de maio de 2018



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

**Diante do exposto, recomenda-se a permanência da exigência de apresentação do balanço patrimonial pelos licitantes, conforme estabelecido no artigo 69, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.**

Quanto à exclusão do trecho "*Recuperação Judicial*" indicada em nota constante do item 11.3.1, letra "b" da minuta de edital, esta é compatível com o entendimento do Parecer 465/2024-ADVOSF, tendo em vista a ilegalidade de exigência editalícia desse tipo de certidão negativa para qualificação econômico-financeira. Deve-se, portanto, manter a exclusão do trecho na minuta de edital.

Todavia, esta Advocacia deve alertar que, embora não seja possível impedir a participação de uma licitante em recuperação judicial no certame, o pregoeiro tem o poder-dever de realizar diligências para verificar a capacidade da empresa de executar o objeto do contrato, conforme estabelecido no edital.

No mais, não se vislumbram elementos que restrinjam indevidamente a participação de interessados no certame. Por fim, verifica-se que, nos demais aspectos, a redação da minuta de edital e da minuta contratual (doc. nº 00100.016480/2025-69) são consentâneas à legislação de regência e aos modelos usualmente utilizados nesta Casa Legislativa, sendo compatível com outros textos já aprovados por esta Advocacia.

### **3. DAS CONCLUSÕES**

Diante do exposto, observadas as recomendações apontadas neste parecer e ressalvada eventual impropriedade de ordem técnica que escapa ao conhecimento jurídico, entende-se que a minuta de





**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

editais constantes no documento nº 00100.016480/2025-69 poderá ser considerada **regular** e **apta** a orientar o pretendido certame, podendo ser aprovada pela autoridade competente.

**É o Parecer<sup>8</sup>.**

Brasília, 12 de fevereiro de 2025.

*(assinado digitalmente)*

**FELIPE DE PAULA LYRA**

*Advogado do Senado Federal – OAB/DF nº 76.533*

*Coordenador do Núcleo de Processos de Contratações*

---

<sup>8</sup> Parecer elaborado com a colaboração da Ajudante Parlamentar Amanda Olivette Monteiro (OAB/DF nº 70.313).

